



## VIOLA XADREZ E LIMINARIDADE: ANOTAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS ENTRE A ANTROPOLOGIA E A HISTÓRIA ORAL A PARTIR DA TEORIA DE FRONTEIRAS

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31728

Michel Presley Fernandes<sup>1</sup>

**RESUMO:** mediante a revisão de contribuições teóricas de autores como José de Souza Martins e João Pacheco de Oliveira, promove-se breve inventário de noções, conceitos, categorias epistemológicas que se julgam proveitosas para o desembaraço da proposta de pesquisa encetada em sede de História Oral, qual seja, focalizar a sucessão de três gerações de proprietários de uma “fábrica” de instrumentos musicais de cordas situada no interior do Estado de São Paulo, Brasil. As noções e conceitos buscados invariavelmente acenam para a necessidade de o pesquisador em Ciências Sociais adotar como metodológica a noção mais geral de “liminaridade”, cujas nuances são explicitadas pelos autores ao enfrentarem questões concernentes à teoria de fronteiras. De tais explicitações, parte-se para cotejo com pesquisa antropológica realizada por Rainer Miranda Brito acerca das atividades atuais da aludida fábrica, evidenciando as dificuldades de alocação terminológica face aos critérios mercadológicos atuais, o que leva o autor do presente texto a entendê-la também como possível caso de “liminaridade”.

**Palavras-chave:** Epistemologia; teoria de fronteiras; liminaridade.

## VIOLA XADREZ AND “LIMINALITY”: EPISTEMOLOGICAL NOTES FROM SOCIAL ANTHROPOLOGY TO ORAL HISTORY FROM A THEORY OF BORDERS

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa "Sociedade, Cultura e Fronteiras" da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus Foz do Iguaçu. E-mail: [michelpresley53@gmail.com](mailto:michelpresley53@gmail.com)

**ABSTRACT:** By reviewing the theoretical contributions of authors such as José de Souza Martins and João Pacheco de Oliveira, we present a brief inventory of notions, concepts and epistemological categories that are considered useful for the clearance of our research proposal. Therefore, this research leans on Oral History to study the succession of three generations of owners of a “factory” of stringed musical instruments located in the interior of the State of São Paulo, Brazil. The notions and concepts sought invariably point to the need of adopting in Social Sciences research a methodological approach which carries a more general notion of “liminality”, whose nuances are explained by the authors when facing issues concerning the theory of boundaries. From such explanations, we start analyzing the anthropological research carried out by Rainer Miranda Brito about the current activities of the aforementioned factory, highlighting the difficulties of terminological allocation in the face of current market criteria, which leads the author of this text to also understand it as a possible case of “liminality”.

**Keywords:** Epistemology; frontiers theory; liminality.

## INTRODUÇÃO

Parece ser uma constante das ciências sociais a caminhada por uma estrada estreita ladeada por uma escarpa e seu correspondente declive: o compromisso com uma interpretação fidedigna do real, e a necessidade de generalização do conhecimento.

Iniciamos estas linhas aludindo a tal estreiteza porque é disso que se trata – dificuldade e necessidade permanente de justificação. Nos anos 60 do século passado, Florestan Fernandes (1965, 1972) citava Durkheim para explicar essas duas características, lançando ainda o que pareceria um alerta permanente:

(...) É que todo progresso real, no plano da pesquisa empírica ou no da sistematização teórica, sempre envolve a solução de problemas metodológicos cruciais, de grande significação e atualidade no momento em que podem ser resolvidos. Com o tempo, as contribuições tornam-se obsoletas, perdendo seu caráter construtivo. Quando, porém, tal coisa chega a acontecer, desde que as contribuições sejam pertinentes, elas já terão concorrido para alterar o quadro de conhecimentos positivos da própria ciência. Daí a importância das contribuições metodológicas e a necessidade de educar os especialistas para essa espécie de trabalho, tão pouco compensadora.

Da imbricação entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico exsurgem, portanto, momentos de autorreflexão na tarefa dos estudiosos, momentos esses

que por essa mesma autorreflexão podem ser chamados de filosóficos. Nelson Saldanha (1983) assim expõe a situação, em texto escrito já nos anos 80 do mesmo século passado:

Precisa-se reafirmá-lo para reconhecer a precariedade que ingenuamente afeta o trabalho do cientista social, que lida com saber de coisas humanas e não pode aspirar a maiores positivities; mas também para reconhecer, nesta refração que sofre o trabalho do cientista em Ciências Sociais, a corda do humano, presente e pulsante como um testemunho em todo o seu trabalho. São saberes que, por isso mesmo, se veem a cada passo carentes de justificação, e enredados na volta ao problema de sua legitimidade científica. *Se justificar-se é sempre dar parte de fraqueza, as ciências humanas estão no caso, justificam-se a cada passo, muito mais do que as naturais. Justificam-se como a filosofia mesma passou a fazê-la depois de um certo tempo. Mas justificar-se é, por outro lado, cultivar a auto-reflexão e a consciência de ser e de valer, consciência tout court e consciência axiológica: pois aí é que as ciências sociais estão no caso, mesmo.* [destaques nossos].

Essas constatações nos permitem registrar o intento do presente texto, que é ensaiar argumentos acerca da fecundidade de alguns elementos da teoria de fronteiras para o desenvolvimento das Ciências Sociais contemporâneas, e mais propriamente, para o projeto de pesquisa do autor ora em desenvolvimento. No presente texto, o primeiro objetivo será mais aprofundado, pois ao tempo desta escrita a pesquisa de campo, além de ainda estar em fase inicial, encontra-se mesmo em fase cognitivamente preparatória, e desta a própria escrita deste texto faz parte inseparável; é o momento da “autorreflexão” e da “justificativa das próprias fraquezas” de que fala Saldanha, e que nos permitirá vislumbrar com maior clareza os caminhos a serem percorridos no desenvolvimento da própria pesquisa.

## LIMINARIDADE: A EXCEÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA

Admitindo as ciências sociais como instância de construção de saberes críticos diante das desigualdades sociais, primeira menção que ora se faz é à ideia de liminaridade defendida pelo sociólogo José de Souza Martins em entrevista ao programa Roda Viva, na TV Cultura, no dia 07/05/2001 (link: <<https://www.youtube.com/watch?v=W-54wmBQysw>> ):

De fato, o grande protagonista dos meus trabalhos, de vários modos e de várias perspectivas, não é, evidentemente, o governo, não é o MST, não é a CPT, eles são personagens que atravessam o cenário e através dos quais eu reflito sobre a realidade. Mas a minha reflexão é sobre essa figura, importante numericamente na sociedade brasileira, e socialmente, que é a figura das pessoas que vivem no limite, isto é, as pessoas simples. As pessoas que não professam uma ideologia, as pessoas

que não se consideram protagonistas da História, embora sejam, as pessoas que estão à margem.

Nos meus trabalhos, invariavelmente, eu trabalho com populações liminares; a liminaridade tem uma função metodológica nas ciências sociais. A liminaridade é um método; você escolher uma figura liminar para analisar, estudar, entender a sociedade é uma opção de natureza metodológica. (entre 1h16min e 1h18min)

Esse registro feito, no início dos anos 2000, assume relevo quando se tem em frente a busca por novos patamares de investigação científica que permitam a renovação e arejamento dos saberes, nos termos em que defendidos por Florestan Fernandes ao início. Se entendermos o marginal, o liminar, como o excepcional, aquilo que foge à normalidade, poderemos compreender que o apelo explicativo que dele advém é algo como que fundamental à própria normalidade. É dizer, a realidade, enquanto algo passível de ordenação e apreensão cognitiva, só o é na medida em que assume em si o normal e o excepcional, sendo que este explica o primeiro. Buscando explicar a natureza da soberania, o polêmico constitucionalista Carl Schmitt, após sustentar que “Soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção” (p. 88) lança as bases do seu entendimento:

A filosofia da vida concreta não pode subtrair-se à exceção e ao caso extremo, mas deve interessar-se ao máximo por ele. Para ela, a exceção pode ser mais importante do que a regra, não por causa da ironia romântica do paradoxo, mas porque deve ser encarada com toda a seriedade de uma visão mais profunda do que as generalizações das repetições medíocres. A exceção é mais interessante que o caso normal. O normal não prova nada, a exceção prova tudo; a força da vida real rompe a crosta de uma mecânica cristalizada na repetição (...). (p. 94)

Os registros dos dois autores permitem-nos uma ilação: o investigador social que quiser dar conta de compreender seu objeto de estudo necessariamente deverá ter em conta situações extremas, pois são elas que permitem vislumbram com profundidade, isto é, com maior capacidade de compreensão; é necessário que tal conduta seja adotada sob pena de resultar em pesquisas infrutíferas, desnorteadas pela repetição do real e pela repetição do(s) método(s).

Somam-se aqui, portanto, os alertas da necessidade de constante renovação metodológica com as proposições de se mirar o real a partir do marginal. Para registro, José de Souza Martins se desincumbe de tal missão na obra “Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano” (2009), na qual sintetizou mais de 30 anos de pesquisas realizadas em diversas fronteiras do Brasil, em diversas regiões amazônicas; nessas pesquisas, procurou

dar voz, mediante o que chama de pedagogia investigativa, àquelas populações em condições de liminaridade – pessoas em situação de conflitos étnicos, fundiários, econômicos, etc. Assim ele expõe, sucintamente, os resultados dos trabalhos (p. 11):

A pesquisa que resultou neste livro nos revela que a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora. É nessa dimensão, propriamente sociológica e antropológica, que investigo o tema da fronteira e os desafios interpretativos que propõe em relação à sociedade em que vivemos e em relação à nossa própria condição humana. E na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. E nela que nos defrontamos mais claramente com as dificuldades antropológicas do *é o fazer história*, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e desse modo fundam e criam a humanidade do homem. (destaques no original)

Esse trecho denota, pensamos, a coerência do autor com sua proposta metodológica, ao evidenciar a ligação existente da situação limítrofe com a do protagonismo do ser humano diante da História.

Visitemos agora uma outra proposta de compreensão da ideia de fronteira, defendida por João Pacheco de Oliveira, a fim de que possamos ao final tentar encontrar um lugar em comum.

## **FRONTEIRA ENQUANTO PROCESSO: A CONTRIBUIÇÃO DE JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA**

Desde o campo da antropologia, em obra mais recente, aparece nova contribuição epistemológica elaborada por João Pacheco de Oliveira; em livro de coletânea de artigos e exposições (2016), o autor promove um balanço de sua própria atividade investigativa, que teve como enfoque as populações indígenas.

Guiado por uma perspectiva de crítica histórica no sentido apontado por Michel De Certeau, o antropólogo procura renovar a compreensão do papel daquelas populações na formação da identidade nacional mediante releitura do que chama de “autorrepresentações nacionais”, construções que reúnem elementos cognitivos e estéticos com vistas a gerar uma cultura “tipicamente” brasileira, que se diferencie dos elementos colonizadores fortemente arraigados na formação histórica daquela mesma identidade nacional.

Interessante é notar aqui que tais autorrepresentações são percebidas por Pacheco como *metáforas* (p. 10):

Por trás das metáforas de fundação, como a do nascimento do Brasil, há a busca e atribuição de uma natureza, de um destino. Não se trata de simples detalhe do passado, mas algo que certamente interfere na interpretação do presente e no antever (ou mesmo prescrever) o futuro. A autorrepresentação instaura uma interlocução duradoura, cria um sujeito histórico e institui um projeto coletivo, se apoia em vozes e aromas locais, engendra muitas expectativas e possibilidades novas. Ela pode permitir tanto vislumbrar ou enunciar coisas não evidentes e não ditas, no contexto de sua criação, quanto recuperá-las pela memória muito tempo depois.

Conquanto estamos em busca de elementos de renovação de saberes, e assim possibilidade de construção de saberes mais acurados, importa trazer o registro acima por denotar que a preocupação analítica do antropólogo mira a contribuição de registros da “História oficial” por meio de obras de arte como pintura, obras literárias, etc, para a instituição de práticas sociais duradouras, que até o presente momento exercem força no imaginário popular brasileiro quanto à relação com os povos indígenas.

Essa questão étnica se avizinha, evidentemente, da levantada por José de Souza Martins; trata-se de um truísmo que tais povos são tratados como dignos de tutela estatal – isto é, indignos de protagonismo social que permita sua busca por direitos – quando não são vistos com desconfiança tal a estimular um olhar que varia entre consternação e estímulo à integração na sociedade branca capitalista. Esse panorama, que é produto daquelas construções sociais metafóricas, necessita, portanto, sofrer revisão crítica, visto que mesmo a Antropologia feita até então tem sido cúmplice de tais tratamentos aos indígenas por assumir pressupostos colonialistas.

Aqui, portanto, a liminaridade reaparece tanto pela opção metodológica quanto pela missão autoimposta pelo autor à disciplina por ele desenvolvida (p. 14):

O que foi deixado de lado na constituição universitária da nova disciplina, a Antropologia, bem como de suas repercussões mais amplas intelectuais e políticas, foi o mundo colonial dentro do qual os indígenas viviam, inseridos em duras relações de dominação – ainda que exercendo sempre que possível a sua agência, colocando em prática formas variadas de resistência e de acomodação. O que tais estudos deixaram fora de seu foco comum de interesse era justamente conhecer as formas concretas pelas quais as coletividades indígenas lograram resistir, se organizaram e continuaram a atualizar sua cultura na contemporaneidade, inclusive

formulando projetos de futuro. É de uma antropologia assim que necessitamos para entender os indígenas de hoje em dia.

Após elucidar que as práticas estatais adotadas ao tempo das colonizações só podem ser compreendidas quando se tem em conta a dualidade de regimes jurídicos que permite distinguir entre lugares apropriados para relações tradicionais ou contratuais – o centro – e lugares para fora – o “sertão” ou as “fronteiras” – Pacheco denota uma consequência séria para o imaginário construído a partir de tal distinção, o papel do outro: “Os moradores dessas regiões, caracterizados como ‘outros’, isto é, exteriores à sociedade, passam à condição de despojos de guerra ou refugiados, vistos em consequência como desprovidos de direitos e investidos em obrigações não claramente estabelecidas.” (p. 18).

Eis novamente o papel da excepcionalidade na construção do saber, isto é, a normalidade só se constitui a partir da exceção, a existência desta é que fundamenta a daquela.

Em capítulo dedicado ao estudo dos seringais no vale amazônico brasileiro, Pacheco desenvolve, em oito tópicos, uma teoria da colonização que define ponto a ponto as características do que é possível compreender como ‘fronteira’. Para as nossas finalidades, importa evidenciar o papel ideológico que tal noção exerce na realidade enquanto mecanismo de viabilização do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ao criticar o binômio “colônia de exploração” e “colônia de povoamento”, Pacheco o faz apontando que tal binômio parece estar baseado na falsa crença de que o que torna possível a existência de uma fronteira é a existência, natural, de terras livres abundantes a serem conquistadas, de um lado, e superpopulação, de outro.

Tais existências não são nem naturais, nem suficientes para o funcionamento das fronteiras no mundo colonial capitalista; eis a continuação da crítica (p. 126/127):

Essa complementariedade natural entre regiões está suposta na definição de colonização como “ocupação de novas terras”, sendo um componente ideológico fundamental do mito da fronteira aberta (vide Turner, 1967). Deixando de lado a sua eficácia ideológica, o desenvolvimento de tais colônias de povoamento coloca para os economistas uma questão mais básica: a de como importar as relações de produção necessárias ao funcionamento do capitalismo na colônia (Marx, 1976:559-566). Na verdade, o sustentáculo daqueles autores é exatamente uma formulação do problema da colonização em termos que invertem as razões de sua eficácia ideológica: trata-se de ver que, concebida como integrada a um sistema capitalista, a fronteira existe para *aniquilar ou subordinar o pequeno produtor independente*. É por meio da destruição do pequeno produtor independente que em um contexto histórico capitalista as várias teorias sobre colonização se integram em um todo, as distinções tradicionalmente utilizadas (colônias de povoamento

O destaque feito pelo próprio autor em seu texto nos permite vislumbrar, mais uma vez, se estamos caminhando em trilha certa, a fecundidade da inspiração: investigar desde o marginal, o excepcional, pois é ele quem explica o funcionamento do todo.

## DA ANTROPOLOGIA PARA A HISTÓRIA ORAL, DOS RECURSOS AOS PERCURSOS

As contribuições teóricas acima referidas nos permitem refletir sobre o objeto de pesquisa a que nos propomos debruçar, bem como o enfoque eleito: trazer à luz das Ciências Sociais brasileiras um caso que entendemos *sui generis* de sobrevivência de um regime de produção de instrumentos musicais de corda iniciado em meados do século XX.

Quem se debruçar sobre um panorama das artes musicais no Brasil certamente constatará com facilidade os registros acadêmicos em torno dos artistas, dos métodos de aprendizagem, dos estilos e padrões de produção e consumo em um país de imensa riqueza cultural nesse aspecto.

Porém, a obviedade de que a música tem na linha de frente cantores, compositores e intérpretes, quer seja da música cantada, quer seja da música instrumental, acaba por ofuscar algo menos óbvio: a qualidade de tal música está intimamente ligada aos instrumentos musicais operacionalizados por aqueles artistas.

A olho nu, o que se enxerga nos palcos é sempre o grande artista empunhando “apenas um violão”, “apenas uma guitarra”, apenas mais um instrumento musical, enfim. Porém, qualquer iniciado nessa arte sabe que a posse ou não de um bom instrumento musical é fator quase que determinante para o aprendizado e para o sucesso de uma carreira profissional; é dizer, um instrumento musical de má qualidade induz invariavelmente à desistência, nem sempre percebida como causada por aquele instrumento, mas atribuída a uma inespecífica “falta de dom” do aluno.

Essas primeiras constatações nos levam para o projeto ora em apreciação: produzindo desde já um recorte temático possibilitador de uma pesquisa em nível de mestrado, pretende-se fazer exercício historiográfico desde o registro das atividades de uma

das mais antigas fabricantes de instrumentos musicais de corda no Brasil ainda em atividade, a “Viola Xadrez”.

Intimamente ligada à música sertaneja raiz – também dita música caipira – a fábrica situa-se num marco de intensa contribuição para o desenvolvimento daquela espécie de musicalidade no Brasil durante o séc. XX e XXI; fundada em 1944, com produção feita por pai e filho, tendo crescido ao ponto de ter duas sedes para fabricação de instrumentos de cordas em larga escala, e atualmente regredido à completa artesanania, em completa contramarcha da lógica geopolítica desse tipo de indústria, invariavelmente direcionada com todos os seus esforços para a confecção de seus produtos na China, sempre o exemplo maior das consequências nefastas da globalização.

Essa peculiaridade histórica da “Viola Xadrez”, hoje sediada em Catanduva, no interior do Estado de São Paulo, chama a atenção para uma estratégia de sobrevivência em um país assolado pelos já referidos efeitos da globalização, dentre os quais assumem vulto a precarização global da mão de obra – quer assalariada, quer a microempreendedora, como é o caso ora em investigação – e a precarização dos produtos consumidos pela população no setor musical.

Mesmo a identificação do que hoje é a sobredita oficina ofereceu resistência a uma definição precisa. Em dissertação sediada no campo da antropologia social, assim é apresentada a atual configuração da empresa familiar:

A fabril-artesanania não foi até então explicitada. Afinal, por que a especificidade do termo fabril-artesanania para referenciar a oficina da Viola Xadrez? Não o faço por uma questão de estilo, por uma opção incomum de nomeação da oficina, mas sim por causa das confusões promovidas pela Viola Xadrez dos termos nos quais havia alguma confiança inicial para a tarefa de sua descrição. Manufatura, artesanania, luteria, fábrica, indústria. O que era aquele ambiente? De que termo melhor se aproximava? Que reconceitualizações ofereciam? Pois bem, aquele ambiente poderia ser tudo, aproximando-se de todos os termos e oferecendo muitas reconceitualizações possíveis (BRITO, 2015a, p. 42).

A título de ilustração da importância da Viola Xadrez enquanto fonte de contribuição para a música caipira, destacamos os registros de dois dos principais tratadistas do assunto no Brasil: Romildo Sant’anna (2020) e José Hamilton Ribeiro (2015).

Conforme Sant’anna (2020, p. 339/340 – destaques nossos):

Mário de Andrade, no Dicionário Musical Brasileiro relata que ‘em Sabará, Minas Gerais, existe uma rua das Violas, famosa por ter consagrado os melhores fabricantes de violas no Brasil. Estas são mais ou menos conhecidas em todo o país.

Por volta de 1920 havia mais de quarenta fabricantes de violas nessa rua'. Em moldes industriais, a primeira luteria de violas no Brasil está ligada à família de Bernardino Vieira Marques, imigrante de Lisboa, e, assim, a seus filhos, a dupla Vieira e Vieirinha e aos primos-irmãos, também nascidos em Itajobi, SP, Liu e Léu (Lincoln Paulino da Costa, 1934-2012 e Walter Paulino da Costa, 1937-2019), e Zico e Zeca (Antônio Bernardo, 1930-2007, e Domingos Paulino da Costa, 1932-2013). Observa o estudo *A Expressividade Caipira em Vieira e Vieirinha*, de Maria Madalena Bernardelli, que Bernardino fez uma casa na fazendinha da família, chamada Córrego da Figueira, em Campo Triste, hoje Itajobi, SP, 'com assoalho especial para a dança do cateretê. Os filhos [nove ao todo] não podiam dançar baile, que é 'dança com esfregação'; só cantavam e dançavam catira, ou cateretê, que lembravam os cantos e bailados, principalmente o vira, tão ao gosto do pai, em Portugal'.

As primeiras Violas Xadrez (1945, primeiramente fabricadas a canivete, na Fazenda Córrego da Figueira e, a partir de 1950, em Novo Horizonte, SP e em Catanduva, SP) foram feitas do pinho das embalagens do bacalhau importado de Lisboa. O primeiro luthier foi um dos filhos do velho Bernardino, Antônio Paulino Vieira, também violeiro. A visão idílica do surgimento das violas Xadrez e o reconhecimento público do pioneirismo dessa luteria familiar vamos encontrar na seguinte décima composta por Carrerinho:

VIOLA DA FAZENDA

moda-de-viola

Carreirinho

*Cidade de Itajobi, na Fazenda da Figueira,  
O Dêgo e o seu irmão, Antônio Paulino Viêra,  
Entraram na mata virge, à procura de madêra,  
Pra fazê uma viola, e fizeram a primêra,  
E a notícia esparramô, da violinha fandanguêra.  
(Vieira e Vieirinha, 37 anos, 1986)*

José Hamilton Ribeiro (2015, p. 353 – destaques nossos), conhecido jornalista e repórter brasileiro, registrou:

Nascidos em Itajobi, perto de São José do Rio Preto, Vieira (Rubens Vieira Marques, 1926-1999) e Vieirinha (Rubião Vieira, 1928-1990) têm história de viola "pra trás" e "pra frente", como se diz. "Pra frente", porque Zico e Zeca, mais Liu e Léu, são sobrinhos da dupla. Vieira e Vieirinha.

Esses sempre mantiveram a luta em alto nível, puxando a raça dos tios. E 'pra trás' porque o pai deles, Bernardino Vieira Marques, instalou em sua fazenda Córrego da Figueira, em Campo Triste (hoje Itajobi), a primeira fábrica de viola ("luthieria"), da marca Xadrez – isso nos anos 1950. Na moda Viola da Fazenda, Carreirinho cantou...(...).

Como dissemos, os poucos registros históricos, que localizam a sobredita artesanaria como um lócus disseminador de sempre crescente qualidade de suas produções, não dão conta da complexidade por trás de uma vivência de três gerações de uma família integralmente dedicada à persecução daquela qualidade, vivência essa hoje ameaçada de extinção pela falta de sucessores na arte: segundo Renato Vieira, neto e filhos dos

fundadores, possivelmente não haverá uma quarta geração de fabricantes de instrumentos de cordas em sua família (ver “Cordas do tempo”, vídeo-documentário postado no YouTube no link <<https://www.youtube.com/watch?v=hR5pw3TtuGo>>).

Essa exemplaridade histórica que chamou a atenção do antropólogo Rainer Miranda Brito reclama ainda uma maior explicitação; se é certo que nas Ciências Sociais, como dito ao início deste texto, as dificuldades que se impõem variam entre as excessivas abstrações das generalizações contextuais e a pobreza do extremo empirismo, é justamente disto que se trata no lugar; vejamos ainda a continuação das confissões terminológicas de Brito (2015a):

Obviamente, caso levada essa impressão adiante, far-se-ia tudo isso mal, sem rigor, sem coincidências majoritárias. Porque aquele ambiente só soava ser um pouco de tudo, porque ainda não houvera arriscado suficientemente na sua descrição. Isto é, não havia ainda descrição acerca do que ali acontecia; inicialmente, nas primeiras visitas à Viola Xadrez, eram presentes os vícios infrutíferos da busca pelo debate bibliográfico. Desejava inserir na descrição os clássicos, e densos, conceitos de manufatura, indústria, e mesmo de luteria, para provocar algum contraste com o que ocorria na trama técnica da Viola Xadrez. Ora todos os conceitos funcionavam em conjunto, possibilitando uma escrita bastante fluida, ora cada conceito evocava todos os outros, desacelerando o texto; o que ocorria ali que ora se ajustava e ora não? Ocorria a explicitação alternada de termos-conceitos que lutavam para sustentar a ideia da manufatura e de outros para que a desalinhassem, ambos inseridos através de uma prematura iniciativa para que se criasse um problema para ser descrito. E o resultado também prematuro fez jus à falta de rigor: tudo estava funcionando, a descrição e o encaixe de conceitos, muito bem. Havia portanto algo de errado: como um ambiente tão sui generis como a Viola Xadrez servia de apoio para encadeamentos tão pouco conflituosos? Não tardou para que os escritos revelassem uma caricatura feita por tal prematura postura: ao imputar esses termos-conceitos, os escritos se voltaram quase que exclusivamente para um diálogo entre esses termos-conceitos, de como ocorreria a hibridização de um regime manufatureiro, artesanal e industrial por seus aspectos classificatórios. E quase nada, quase que absolutamente nada da Viola Xadrez surgia como descrição fundamental. O lugar dedicado a ela, assim como aquele dedicado à viola nas literaturas acerca da cultura caipira, era o mais inofensivo e estático possível: o lugar do exemplo. (p. 44 – itálicos no original)

Eis aí aquela preocupação que os autores apresentados como expoentes da teoria de fronteiras enunciam, a liminaridade. Se ao antropólogo, municiado de excelentes lentes ampliativas, é complexo o acesso ao real, procuramos com a presente pesquisa usar de outros sentidos que não a visão para também acessá-lo: queremos dar ouvidos aos protagonistas desta história de quase oitenta anos dedicados a fabricar e restaurar instrumentos musicais de corda.

É certo que a pesquisa antropológica mencionada tem como escopo fazer exercício de Tecnologia Comparada, descrevendo em seu trilhar os usos de ferramentais aptos a fazer vir à tona um objeto de configurações específicas chamando “viola”; desde esse ponto de

partida o que pretendemos é, mediante a fala dos operadores daqueles recursos ferramentais, compreender o percurso de aprendizado e permanência de tais operações ao longo de três gerações familiares.

A proposta da pesquisa então é entrevistar os atuais proprietários da Viola Xadrez, José Renato Vieira e José Eduardo Vieira, sucessores dos fundadores da empresa familiar, a fim de trazer para o campo das Ciências Sociais brasileiras o registro de quem tem se dedicado a contribuir para o cultivo da experiência musical ligada ao universo caipira; tendo este sido digno da atenção de muitos pesquisadores – ver por todos Antonio Cândido (2017, 1964) – o específico da questão musical ainda reclama investigações, e a Viola Xadrez aparece a um tempo como objeto e possibilidade metodológica, dada a sua peculiar configuração, quer nos regimes de produção, quer nos meios de envolvimento com o público.

Em texto de caráter analítico, Brito (2015b) expõe assim partes do percurso histórico da aludida fabril-artesania (p.6/7):

A fundação do ofício de construção de instrumentos, sobretudo de violas, da Viola Xadrez atravessa todo o século XX e, se reviradas as superfícies dos arquivos da imprensa televisiva, radiofônica e jornalística paulistas em geral, muito há de se ler sobre a afamada fábrica de violas centro-norte do estado de São Paulo. Da fundação no município de Itajobi na década de 1940 – pelo Sr. Antônio Paulino Vieira e seu filho José Vieira – à estabilização à estabilização da fabril-artesania no município de Catanduva na artesania no município de Catanduva na década de 1980 – assumida então pelos irmãos Eduardo Vieira e Renato Vieira, filhos de José Vieira – a Viola Xadrez percorreu capas, discos, discursos e mãos das mais diversas e importantes da fonografia da Música raiz e mesmo da música instrumental contemporânea.

Havendo notícias de um possível encerramento desse ciclo familiar de envolvimento com o fabrico de instrumentos musicais de corda, face à inexistência de sucessores no ofício, o autor das presentes linhas traz para o ambiente acadêmico as preocupações de quem, valorizando a cultura caipira tal qual alguns grandes pesquisadores mencionados, pretende prestar contributo com a historicização da Viola Xadrez mediante a oitiva de seus atuais mantenedores; é preciso que se diga aqui ainda que tratam-se apenas dos dois irmãos mencionados por Brito, sem empregados, sem aprendizes, e, repetimos, sem, ainda, possíveis sucessores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização retora da pesquisa então é: como se dá a persistência e a resistência de um tipo de artesanato inserido num campo específico da cultura brasileira, ante as forças homogeneizantes do modo de produção capitalista e da globalização?

Como dissemos na introdução, o presente texto pretendeu preparar terreno, num sentido cognitivo da expressão, para que possamos nos lançar em campo de pesquisa. As noções havidas da teoria de fronteiras, com ênfase para a de liminaridade, nos permitem entender que a Viola Xadrez é um caso de situação fronteira na história da fabricação de instrumentos musicais de cordas no Brasil; desde o trabalho do antropólogo Rainer Miranda Brito a designá-la, em sua contemporaneidade, como “fabril-artesania”, isto é, considerando não ser ela nem uma indústria, nem apenas um pequeno artesanato, pretendemos, mediante entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com o seu evoluir histórico, sustentar o questionamento que encabeça o presente tópico.

Assim, com as contribuições epistemológicas até aqui alcançadas, o que se pretende é um exercício de investigação com as técnicas de entrevistas semi-estruturadas, as quais serão posteriormente, já em sede de dissertação de mestrado, objeto de diálogo com outras fontes como a dissertação já mencionada de Rainer Miranda Brito, dentre textos dedicados ao estudo da música caipira e mais particularmente às notícias acerca da própria Viola Xadrez. As entrevistas serão gravadas em vídeo, após a devida tramitação perante o Comitê de Ética Universitário.

Se com a História Oral pudermos prestar um tal contributo, que nos seja permitido iniciar essa jornada!

## REFERÊNCIAS

BRITO, Rainer Miranda. *O efeito de halo em matéria de viola*. Trabalho apresentado aos Seminários Temáticos da V Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos, 2015. Acessado em 08/08/2023: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1373>>.

BRITO, Rainer Miranda. *O regime fabril-artesanal de violas paulistas*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, 2015. Acessado em 08/08/2023: <[www.ufscar.br/ppgas/wp-content/uploads/rainer-miranda-brito-m.pdf](http://www.ufscar.br/ppgas/wp-content/uploads/rainer-miranda-brito-m.pdf)>

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, EdUsp, 2017 (1. ed 1964)

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1ª reimp., 1972

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. *Entrevista prestada ao programa Roda Viva*. TV Cultura, no dia 07/05/2001. Acessado em 08/08/2023: <<https://www.youtube.com/watch?v=W-54wmBQysw>>

OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

RIBEIRO, José Hamilton. *Música caipira: as 270 melhores modas*. 2. ed. Santos, SP: Realejo Edições, 2015. 438p

SALDANHA, Nelson. Saber universitário, filosofia e ciências humanas. IN: *Humanismo e história: problemas de teoria da cultura*. Rio de Janeiro. J. Olympio; Recife: FUNDARPE, 1983. p. 5-12

SANT'ANNA, Romildo. *A moda é viola: ensaio do cantar caipira*. 4ª ed. revis. e ampl. Edição do autor: 2020. 624p

SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

VIEIRA, José Renato. "Cordas do tempo: A transmissão da arte de fabricar violões e violas na família Vieira, fabricantes da Viola Xadrez, no interior de São Paulo", Direção: Dito Inácio, 2013. Acessado em 08/08/2023: <<https://www.youtube.com/watch?v=hR5pw3TtuGo>>

Recebido em 15 de agosto de 2023.

Aprovado em 22 de novembro de 2023.

